

## O CONCEIÇÃO NA CIDADE DO PROGRESSO: TERRITÓRIOS E USOS DO CENTRO DE ITABUNA (1950-1954)

Erahsto Felício de Sousa<sup>1</sup>  
Kátia Vinhático Pontes<sup>2</sup>

**Resumo:** *O Bairro Conceição em Itabuna era uma zona de territórios marginais entre 1950 e 1954. Este bairro era separado do centro pelo Rio Cachoeira, e essa divisão física não demorou a tornar-se simbólica. Quando os usuários do bairro iam ao centro, desorganizavam os territórios do centro, e rearranjavam suas funções. A prática dos pobres em Itabuna, que tanto era perseguida pelos poderes municipais, policiais e jornalísticos, construiu uma crítica prática ao urbanismo nesta cidade.*

**Palavras-chave:** Itabuna; Territórios; Urbanismo.

O Bairro Conceição era um dos bairros mais populosos de Itabuna, com população composta majoritariamente de trabalhadores, e era considerado zona de limite entre cidade e campo – atualmente figura entre os bairros centrais da cidade, “os subúrbios têm uma forte tendência a não continuar sendo subúrbios” (LEPETIT, 2001, p. 139).

Os moradores viviam na rotina de cruzar as pontes para chegar ao centro da cidade, onde se misturavam com outros transeuntes. Utilizavam o centro para além da sua função primeira – ser lugar “onde se condensam os valores da espiritualidade, do poder, do dinheiro, da mercadoria e dos atos de fala” (Ibidem, p. 144).

Estou falando de uma Itabuna de 26.312 habitantes segundo o censo de 1950 (Jornal Voz de Itabuna 06/04/1951, p. 02), muito distante dos 205.070 habitantes segundo os últimos dados do IBGE de 2006 (IBGE CIDADES, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)). Tinha apenas 40 anos de emancipação (lei 807 de 28 de julho de 1910), e já tinha uma arrecadação em 1950 de mais de sete milhões de cruzeiros (Jornal Voz de Itabuna, 04/03/1950). A produção cacaueteira contribuiu muito para o aumento populacional, para a urbanização e desenvolvimento das atividades urbanas (ROCHA, 2003, p. 49).

Mais do que números, estou discutindo uma cidade cujos espaços de poderes políticos e econômicos da municipalidade a representavam como *progressista e civilizada*. Fazendo coro com estas administrações, um cronista da época, de nome Telmo Padilha, chega mesmo a afirmar que “Itabuna possui também uma qualidade sociológica que conduz à ampliação de suas bases de progresso, o espírito do trabalho” (Jornal Voz de Itabuna, 06/08/1954, p. 02). Em outras palavras, os atos de fala de setores das elites locais tentam esboçar uma imagem de uma cidade urbanizada. Mais do que isso, criam um discurso de progresso econômico e moral da cidade, intimamente ligado ao desenvolvimento do urbanismo.

Durante este artigo me contarei em problematizar o sentido de centro como a própria cidade, analisar o urbanismo como reivindicação de uma cidade escrita, e os usos da cidade em conflito com o urbanismo. E para apontar a dualidade na construção da cidade e do centro, eu analisei os usos do centro feito pelos subalternos, principalmente os moradores do Conceição, e o sentido de construir uma fala sobre a cidade.

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. [erahsto@yahoo.com.br](mailto:erahsto@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Orientadora – Professora Msc. da Universidade Estadual de Santana – Cruz – UESC.

## UMA ITABUNA ESCRITA E FUNÇÕES DO CENTRO

Para os moradores do Conceição, ir ao centro tinha conotações simbólicas, mas também objetivas como comprar na feira, procurar emprego e se encontrar com conhecidos. A porção espacial localizada entre a margem norte do Rio Cachoeira, o canal do Lava Pés e o fim da J.J. Seabra (atual Av. Cinquentenário) era lugar catalisador de encontro e relações sociais, era o centro de Itabuna.

Era neste espaço que se localizavam os signos do poder político e econômico de Itabuna, tais como Associação Comercial de Itabuna (ACI), Associação Rural de Itabuna (ARI), Loja Maçônica Areópago Itabunense, Instituto de Cacau, Prefeitura Municipal, e Câmara de Vereadores. E também onde o urbanismo substituía a linguagem da cidade (ou usos da cidade) pela linguagem sobre a cidade (regras e formas de agir) (LEPETIT, 2001, p. 145). Ruas nomeadas, casas numeradas, iluminação pública e etc.

Nessa Itabuna da primeira metade da década de 1950 ainda era muito comum referir-se ao centro como “cidade”. Lurdes Bertol Rocha aponta em sua obra que “a impressão é que o centro, antes, se confundia com a própria cidade” (ROCHA, 2003, p. 22). O *Código de Posturas Municipais de Itabuna*, aprovado em 1933, que irá vigorar com emendas até a década de 1950, divide o município em *zona urbana* (dividida em *perímetro central*, e *perímetro adjacente*), *zona suburbana* e *zona rural* (ESTADO DA BAHIA, 1933, p. 06). A representação que a municipalidade tinha para com a *cidade*, é que ela correspondia ao *perímetro central*. Logo nas primeiras páginas desse documento já é possível desenvolver esta lógica. No Art. 6 aparece que “o *perímetro central* abrange todas as ruas, travessas e praças da cidade, calçadas ou não” (Ibidem, p. 06). Muito embora, existissem praças, travessas e ruas fora do *perímetro central*, essas não são consideradas dentro da cidade. O *perímetro adjacente* eram os bairros Pontalzinho, Jaqueira, Misericórdia e Conceição, e a *zona suburbana*, segundo este código, “começa a dois quilômetros da cidade” (Ibidem), ou seja, do centro. Se esse dispositivo legal deixa claro que a *cidade* é o centro, as representações de outros atores sociais, ou ainda mais, os usos que se farão do centro podem problematizar esse sentido.

Compreender esta interpretação do centro como cidade, fornecida pelo Estado e pelas camadas altas urbanas, trouxe a imagem de uma cidade murada, onde a muralha isola a cidade (*urbs*) do subúrbio (*sub-urbs*). Esta imagem próxima das análises de cidade medieval compreende, no entanto, problematizações. Se “a cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define” (LE GOFF, 1998, p. 71), o centro de Itabuna também criou suas fronteiras simbólicas que o define, mas não conseguiu ser espaço fechado. Pelo contrário, será a própria definição do centro, como lugar do capital, que fará com que ele seja tomado pelos usos cotidianos dos subalternos. A cidade que podia parecer um sistema fechado e escrito, apresenta-se, tão somente, como “um efeito da documentação remanescente” (LEPETIT, 2001, p. 145), dando lugar aos anacronismos urbanos derivados do uso. A cidade é então uma “categoria da prática social” (Ibidem). É um fazer, um conjunto de práticas, não são os concretos, blocos e paralelepípedos, mas as formas de suas disposições e os usos feitos pelos atores sociais. Em outras palavras, muito embora o projeto da cidade de Itabuna desejava que o centro fosse a cidade, esta prática escapava-lhes por entre os dispersos poderes dos usuários da cidade.

Não posso deixar de explicitar que a representação de cidade escrita (urbanizada, centro como cidade) concorre para referendá-la como lugar do moderno e do progresso – entendido aqui como desenvolvimento técnico que concorre para a super-exploração do proletariado, e ofusca sua visão sobre o passado, como a *tempestade* de que fala Walter Benjamin, que repele os

sujeitos para voltarem-se para um futuro, enquanto “o amontoado de ruínas cresce até o céu” (BENJAMIN, 1987, p. 226). Temos em Itabuna dois símbolos dessas idéias: a Rua J.J. Seabra e o Banco Econômico. O prefeito Miguel Moreira em 1954 recebeu duras críticas por não ter cumprido o seu compromisso de nivelar a J.J. Seabra, pois ao nivelá-la estaria “dando um melhor aspecto à nossa principal urbs” (Jornal Voz de Itabuna, 05/02/1954, p. 01). Esta era a principal rua do centro itabunense, em 1960 foi transformada em Avenida Cinqüentenário, cortando o centro como uma avenida longa e retilínea. Por sua vez, a construção do Banco Econômico, ou melhor, o projeto de construção de seu edifício, em 1952, ativa um movimento de apelo aos comerciantes locais para que remodelem suas fachadas para dar aparência moderna às edificações. Com a chamada de “Apêlo de Itabuna”, o jornal *O Intransigente* noticia com expectativa o novo edifício: Itabuna “terá, dentro em breve, a embelezar a sua «urbs», um prédio moderno” (Jornal O Intransigente, 23/02/1952, p. 01). Esse movimento pela modernização das casas comerciais tentava ambientar o centro para uma proposta de uma Itabuna progressista e renovadora: o lugar certo para o capital.

É bem possível que muitos não ligassem para essa função dada ao centro pelos atos de fala dos periódicos locais e pela municipalidade. Muitos, e no meu interesse específico, os moradores do Conceição realmente iam ao centro por causa de funções urbanas específicas.

## A PONTE DO URBANISMO E A PONTE DOS POBRES

As possibilidades de trajetória para os moradores do Bairro Conceição chegarem ao centro contribuem com a crítica de uma cidade escrita. Duas eram as principais trajetórias: através da Ponte Góes Calmon (atual “ponte dos pedestres”); ou a Ponte do Tororó (ou Ponte dos Velhacos). A Ponte Góes Calmon foi construída pela engenharia empresarial ainda nos primeiros tempos da História de Itabuna, década de 1920, com a finalidade de compor a rodagem para Macuco (atual Buerarema). Sua largura apenas permitia passar um carro por vez, e por ela ainda se passava com tropas de burros, e boiadas. O objetivo político dela era circulação de carros e mercadorias, não houve na construção qualquer cuidado com os pedestres (maioria do Bairro Conceição). Este é um dos grande problemas do urbanismo, tomar os automóveis como tema central (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2007, p. 92). O senhor Vicente Rodrigues Conceição em depoimento oral diz:

Essa ponte, é... Góes Calmon, era através dela, aí passava tudo que era veículo: carro, carroça, era um tumulto danado. (...) quem saía daqui pra lá que estava no meio da ponte, os outros que estavam do lado de lá atravessavam, então era um tumulto, tinha aborrecimento, briga, etc (Depoimento oral de Vicente Rodrigues Conceição, 1997).

O tumulto de que este antigo morador do bairro comenta se dava justamente pelo fato das pessoas usarem uma ponte em que a única medida de proteção dos pedestres era os “salva-vidas”, que eram vãos em que as pessoas se recolhiam quando tropas ou carros passavam.

Os jegues com carvão, com areia, com tudo passava por aquela ponte. Porque não tinha aquelas coisas assim que a gente chama de salva-vida, né? Ali as pessoas ficava ali, os pedestres ficavam ali para se proteger, mas passava. As vezes não dava tempo da gente chegar ali, o ônibus passava assim raspando a gente, passava carro e eu fico assim pensando... na certa eu acho que os ônibus eram menores não é? (Depoimento oral de Edith Oliveira Santana, 1997).

Os depoimentos dão certa dimensão do que significava utilizar a cidade de forma marginal. Uma vez que a ponte foi construída não obedecendo às necessidades destes usuários, os usos que eles faziam conflitavam com a arquitetura deste espaço – o planejador do espaço urbano não conhece as motivações comportamentais dos usuários do espaço, e por isso sua arquitetura pode agredir os usuários (JACQUES, 2003, p. 153). Outro problema do tráfego de pedestres nesta mesma ponte foi pauta do periódico *Voz de Itabuna* de 1950 até 1954, refere-se à falta de iluminação pública. Moradores do Bairro Conceição reuniam-se para solicitar providências da administração local acerca desse problema. Em 04 de junho de 1954 uma coluna no jornal reclama tais providências: “não é possível continuarem trafegando na referida ponte à noite, em meio a escuridão que o envolve. (...) esperamos que desta vez os moradores do Bairro Conceição sejam atendidos na sua justa pretensão” (Jornal *Voz de Itabuna*, 04/06/1954, p. 01).

Se entendermos que num projeto urbano a ponte Góes Calmon era a saída e entrada oficial de mercadorias e veículos de Itabuna para Macuco, e conseqüentemente a entrada e saída oficial de moradores do Bairro Conceição na *cidade*, poderemos dizer que estes moradores criaram uma via alternativa. A ponte dos Velhacos ou do Tororó tem sua origem anterior à década de 1950, mas neste período ela já é largamente utilizada, e este uso acabou por fazer o Estado aceitá-la – uma publicação da Câmara Municipal no *Voz de Itabuna* anuncia: “Lei 190 – Manda a Prefeitura introduzir os melhoramentos que se fizerem necessários na ponte do Tororó, que liga a cidade de Itabuna ao Bairro Conceição” (Ibidem, 01/10/1954, p. 01). Mais uma vez o discurso da municipalidade toma o centro como cidade, mas é a memória sobre o termo “velhacos” e o uso desta ponte que nos interessa.

O editor do jornal *Voz de Itabuna* e vereador, senhor Gidalthi Pereira, em uma matéria sobre a campanha política do PTB na cidade lembra que ele quando morava no Bairro Conceição ajudou a construir a ponte empilhando pedras e colocando pranchões de madeira por sob os poços (Ibidem, 24/09/1954, p. 01). Como o Rio Cachoeira tinha um leito rochoso, existia uma grande viabilidade de construção de uma ponte simples pelo rio, apenas tendo cuidado com os poços (o maior deles era o Tororó, que deu nome à ponte). O senhor Vicente Conceição confirma que a ponte foi construída por seus próprios usuários, pois

Pela ponte dos velhacos era mais rápido, a gente atravessava o rio mais rápido para o centro. Então no dia de domingo fazíamos o mutirão, *todo mundo contribuía e todo mundo passava ali, tranqüilo e calmo, até de noite se passava ali* (grifo meu) (Depoimento oral de Vicente Rodrigues Conceição, 1997).

Trata-se de um caso claro de materialidade da cidade orquestrada pelos subalternos. A Ponte do Tororó foi planejada e construída pelos seus próprios usuários (“todo mundo contribuía e todo mundo passava ali”), e diferente do “tumulto” da Ponte Góes Calmon, ali era “tranqüilo e calmo”, e mesmo a falta de iluminação não inibia as pessoas de usarem-na (“até de noite se passava ali”). Neste sentido, o que se observa é que foi organizado um novo trajeto para chegar ao centro (e observe que o depoente não veicula centro à cidade), é um caso de situação construída, um urbanismo subalterno com grande ligação com as necessidades e expectativas dos usuários. Uma das supostas necessidades é fundada na memória de muitos moradores antigos do bairro. Diz o senhor Vicente Conceição que “quem devia na cabeceira da ponte [Góes Calmon] de cá do lado do Conceição (riso), desviava por lá para não ser cobrado” (Ibidem). Ou seja, “tendo em vista que alguns moradores daqui contraíam dívidas com os comerciantes na cabeceira [da ponte Góes Calmon] e passavam por aqui, talvez para não serem vistos pelos credores” (Depoimento de Paulo Alves de Almeida, 1995).

Essa referência de sujeitos que “davam de velhaco” (não pagavam as contas) pode até ser

imagens construídas pelas pessoas, mesmo assim tais imagens são fundadas em estratégias reais. Essa ponte construída artesanalmente foi posteriormente “melhorada” pela prefeitura, mas ainda assim conservou-se como trajeto dos pobres. Era um lugar sem o controle do urbanismo, e essa falta de controle livra-a de alguns riscos (como a vigilância da luz ou do policiamento), porém criam outros, como a insegurança física. Casos de morte por causa da quebra dos pranchões foram noticiados pela imprensa local, por exemplo, a morte da menor Regina Célia que caiu da ponte (Jornal Voz de Itabuna, 24/08/1954, p. 01). Ainda assim o potencial da ponte não diminuía: “pela referida ponte, transitam diariamente milhares de pessoas que a preferem pela diminuição do percurso entre a cidade e o Bairro da Conceição” (Ibidem, 26/03/1954, p. 01).

## CHEGANDO AO CENTRO

Chegando ao centro, os moradores do Bairro Conceição encontravam a materialidade da remodelação urbanística. Itabuna era um município ainda com sérios problemas na distribuição de água e energia. Apesar de banhada pelo volumoso Rio Cachoeira, os projetos de distribuição de água encanada chegavam a poucos lugares, dentre os quais o centro. Ter tubulação não era garantia de abastecimento do “precioso líquido”. Primeiro porque a falta de energia impedia as bombas de trabalharem; e segundo, por ser lugar comum a quebra dos equipamentos.

Um caso em outubro de 1950 é interessante para analisar a situação da cidade em meio ao racionamento de água e energia. A primavera tinha chegado, as chuvas minguraram e o volume de água dos rios diminuiu, com isso o fornecimento de energia era prejudicado. O redator do periódico local *Voz de Itabuna* escreveu que “saindo-se do centro, onde nunca falta iluminação, entra-se no restante da zona urbana, onde o silêncio e a treva fazem denotar ameaças de bombardeiro” (Ibidem 07/10/1950, p. 01). A experiência dos apagões na década passada vivenciada na cidade vizinha, Ilhéus, por causa da guerra ajudava a construir as analogias entre trevas e perigo eminente de bombardeio. Mas este ato de fala revela mais, revela uma imagem do centro de Itabuna sitiada por escuridão e silêncio. Revela um centro privilegiado, mas que teme as zonas externas ao seu controle (as zonas sem luz). Pois se as ameaças de bombardeio não existiam, as ameaças de batucadas, contendas (brigas), roubos, e violências urbanas certamente ameaçavam os cidadãos do centro.

A prioridade das preocupações da municipalidade era o centro. O urbanismo tem como epicentro o próprio *perímetro central*, e opera em geral em radial crescente, levando os ditos “melhoramentos” (no sentido de remodelação) ao passo que reorganizam os territórios a sua volta. Em parte, o que vai definir o centro serão tais benefícios – apesar de não poder negar que ter água, energia, saneamento apresenta-se também como tentativas de controle social – que o urbanismo lhe proporcionará. Os bairros viviam “sem calçamento, sem quaisquer outros benefícios da técnica moderna, usufruídos á larga pelo centro” (Ibidem, 30/12/ 1950, p. 01). O que define em maior grau o lugar do capital itabunense na década de 1950 é a constituição morfológica que tende a aspectos modernos. E se por um lado o urbanismo criava o centro cheio de benefícios, esses mesmos atraíram os moradores do Bairro Conceição e outros subalternos.

O planejamento do centro da cidade de Itabuna remonta a 1927 (DA RIN e GONSALVES, 1927) e a 1935 (ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA F. SATURNINO RODRIGUES DE BRITO, 1935) com o projeto de remodelação da cidade (do centro), e a revisão deste, consecutivamente. O projeto e a revisão reforçam a ideologia do progresso e do moderno, tentando sanar através de problemas técnicos, o que era efeito de causas humanas – problemas sociais. O objetivo de ambos era criar condições para que a cidade pudesse crescer, até duplicar seus habitantes, sem comprometer a ordem e o desenvolvimento econômico.

Ao passo que também se preocupavam com o embelezamento urbano, que no caso da construção da barragem no rio Cachoeira, implementada apenas em 1967, alagou a ponde dos Velhacos (símbolo de um urbanismo subalterno), além de prejudicar e até acabar com o trabalho das lavadeiras do rio – esse pode ser um exemplo de “custos irredimíveis da modernidade” de que fala Maria Odila da Silva Leite sobre os efeitos da modernidade na metropolização de São Paulo (SEVCENKO, 1992, p. XIX).

A distribuição de água e energia, e remodelação urbana eram planejadas segundo as diretrizes dos grupos em volta dos prefeitos municipais, geralmente pessoas ricas ligada à cacauicultura ou ao comércio. A exemplo temos a retirada das barracas da praça da Estação de Trem, como fez o então prefeito Miguel Moreira, em fevereiro de 1951, depois das críticas de vadiagem no lugar, uso “indevido” do lugar, e por estar tornando o centro da cidade “uma favela” (Jornal Voz de Itabuna, 31/01/1951, p. 01). A crítica a esta postura, como tomada de preconceitos sobre as imagens que os subalternos criaram no centro contrárias à estética moderna, não pode esconder a verdade de que é do centro que partiam as ordens de remodelação do espaço urbano. Mas é preciso pensar que a suposta “favelização” do centro da cidade não se dava senão por causa do uso que os subalternos faziam dos lugares. Estes tomavam símbolos do poder como territórios propícios para o pequeno comércio, para as liberações (contendas e capoeira), para a sobrevivência na mendicância ou nos golpes.

No centro os moradores do Conceição encontravam também espaços nos atos de fala. Lugares nos espaços políticos institucionais, e na imprensa local para reclamar ação do poder público em seu bairro. O sr. Eliseu Dantas de Lima, em junho de 1951, pediu ao prefeito providências quanto a uma valeta que atravessa a rua da Palmeira e a Sta. Terezinha, que exala mau cheiro e que ele já cobriu uma vez, no bairro da Conceição (Ibidem, 01/06/1951, p. 04). Queixas como essa são comuns, e no geral moradores dos bairros vão ao centro reivindicar a ação da prefeitura. E uma outra face do urbanismo é o policiamento, também reivindicado. Como foi o caso da queixa *de* moradores do Conceição para autoridade policial “no sentido de coibir o abuso das mundanas daquele bairro”, pois estas junto com os moleques desrespeitam as famílias que passam de noite na Ponte Góes Calmon (Ibidem, 25/03/1950, p. 04). Este conflito instituído num dos limites do bairro, por prostitutas e/ou barraqueiras, e moleques mostram uma das divisões entre os usuários do bairro que reivindicavam o urbanismo (os que dão a queixa) e aqueles que concorrem contra o policiamento urbanístico (as “mundanas” e os moleques). Enquanto uns pedem os “benefícios” do urbanismo, outros o vêem como ameaça.

O clamor urbanístico de alguns moradores movimentavam as crônicas jornalísticas. Os problemas da cidade eram interpretados como sendo causados pelo não respeito ao planejamento urbano, como se o projeto do urbanista fosse respeitado integralmente a cidade viveria uma harmonia e paz. No fim do ano de 1951 as críticas à recente administração do prefeito Miguel Moreira estavam frequentemente ligadas ao desrespeito ao plano urbanístico (Ibidem, 09/11/1951, p. 01). Para aqueles que observavam os problemas sociais da cidade, a causa parecia ser que “Itabuna foi construída sem cuidado, não obedecendo a um plano urbanístico perfeito” (Ibidem, 30/11/1951, p.04). Ter um plano urbanístico perfeito, ou seja, escrever a cidade de forma ideal significava livrá-la dos males que a atormentam. Neste sentido é preciso pensar que “é justamente a regra que permite que seja feita violência à violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles que dominam” (FOUCAULT, 2001, p. 25). São as regras, os projetos urbanísticos e o Código de Posturas Municipais, que contribuem para a manutenção das violências na cidade. Uma vez que a cidade é uma categoria da prática social, como anteriormente dito, esta prática não pode ser limitada por regras constituídas no âmago das elites.

A ideologia urbanística aponta para neutralidade científica no trato com os problemas urbanos. Mas precisamos perceber que “a alegação de “cientificidade”, de neutralidade nas

decisões administrativas, traz sempre em seu cerne a violência contra a cidadania” (CHALHOUB, 1996, p. 58). E foi pautado nesta ideologia que os governos municipais em Itabuna na década de 1950 escreveram esta cidade, ou seja, a escreveram contra a cidadania. Porém escrever a cidade não significa dominá-la por completo, significa apenas dizer como deveria – para os cacauicultores, comerciantes e etc – ser usada a Itabuna. Poderia então surgir ainda um processo de escrita plural. Caso os subalternos escrevessem por cima da escrita do Estado, a cidade seria então um *palimpsesto*. “Mas a cidade não é um palimpsesto” (LEPETIT, 2001, p. 140), e não me parece que os subalternos necessariamente escreveram, mas simplesmente falaram, utilizando regras criadas a todo tempo, regras próprias para o seu tipo de uso, regras que burlavam a escrita do Estado.

Para que não se fale conforme a escrita (a gramática) é preciso desconhecê-la, ou optar por não utilizá-la, das duas formas se enuncia um novo sistema de linguagem. Falar a cidade de formas diferentes acarreta pensá-la de modos variados, obedecendo a lugares interpretativos variados, dispostos em tempos e lugares diferentes.

Agora será preciso pensar como se processavam os usos por parte dos usuários do Conceição, no centro. E três casos são essenciais para problematizarem as funções do centro, ou para perceber a ordem dos usos por cima dessas funções: os mendigos na J.J. Seabra e 7 de Setembro; os vadios e os valentes da Estação de Trem; e o meretrício na 7 de Setembro. Estes atores sociais foram seriamente caçados nas crônicas jornalísticas pelo uso que faziam do centro, e esta leitura estabelece a dualidade das formas de fazer a cidade – cada qual com suas ferramentas e seguindo os seus interesses.

Começando pelos mendigos, uma advertência aos motoristas no ano de 1952 pedia-os que não dessem carona ao povo que queria vir à Itabuna. Encontramos aqui um receio de sujeitos com práticas malquistas pelo discurso progressista: “Itabuna está se enchendo, dia a dia, de doentes, mendigos, loucos, idiotas, ladrões, golpistas, etc. (...) Itabuna não é manicombio ou reformatório. Basta de malandros e elementos perniciosos” (Jornal O Intransigente, 16/01/1952, p. 04). Estes “elementos perniciosos” buscavam a cidade no caminho percorrido pelo outro lado do progresso, o lado da miséria. Em busca de oportunidade de emprego muitos migrantes chegavam à região, e sendo Itabuna uma cidade em grande desenvolvimento econômico, logo a buscavam como referência. As duas principais ruas do comércio da cidade eram a J.J. Seabra e a 7 de Setembro, e lugares de circulação de mercadoria atraem a mendicância.

Mas a queixa aos motoristas traz uma preocupação real das elites locais que tinham o centro como lugar de poder político e econômico. Trata-se de impedir que os mendigos desorganizassem o território do capital na cidade, pois “quando um grupo toma posse de um espaço, transforma-o à sua imagem” (LEPETIT, 2001, p. 183). Para os periódicos locais, o estado de mendicância em que se encontravam as principais ruas do centro não condizia com a prosperidade econômica e a construção da uma cidade civilizada. Além disto, existe uma preocupação clara, demarcar os espaços de poder na cidade, já que “não se mora num bairro da cidade, mas no poder. Mora-se em determinado grau da hierarquia” (JACQUES, 2003, p. 140), e certamente o centro era o grau mais alto dessa hierarquia.

Tanta preocupação das elites locais, e do poder público deveria desencadear em uma ação concreta contra os mendigos. E foi exatamente o que aconteceu. No dia 19 de março de 1954 foi inaugurada em Itabuna a Casa dos Mendigos. Para o jornal *Voz de Itabuna* a “significação social da inauguração da Casa do Mendigo” (título da matéria) era “proporcionar aos esmoleres desta cidade, uma vida mais condizente com a evolução dos nossos tempos, livrando-os de dormirem ao relento e vegetarem pelas ruas semi-nús, faminto (...)” (Jornal Voz de Itabuna, 23/03/1954, p.01). Considero esse um feito de higiene social na cidade, uma verdadeira tentativa de limpar a cidade desses “sujeitos perniciosos”. Mas parece que a “opinião dos Mendigos” (título de outra

matéria) era um tanto diferente: “disseram não confiar na sinceridade dos que viessem a dirigir aquela instituição e daí preferirem continuar pedindo ou mudarem-se daqui caso fossem proibidos de esmolar” (Ibidem, 26/02/1954, p.02). O autor da última reportagem, Eduardo Medeiros, diz inclusive que alguns falaram que em Vitória da Conquista os diretores de uma Casa de Mendigos pegaram o dinheiro para eles, e deixaram-nos nus, com fome e presos. O que parece é que a idéia desta nova prisão para os que nada possuíam não agradava os seus “beneficiários”, e estes mesmos enxergaram esta verdade, e fizeram a escolha de não contribuir para o urbanismo municipal. “Essas estruturas de abrigo não demora a tornar-se estruturas de aprisionamento, de exclusão” (LE GOFF, 1998, p. 71).

Penso neste caso que entender o processo histórico percebendo os atores sociais diante a *ação na situação*, de que nos fala Bernard Lepetit (2001, p. 12), é bom caminho teórico para explicar a constituição da prática da cidade. No caso dos mendigos existe uma nítida ação, não aceitar a Casa do Mendigo, diante a situação de possibilidades de mendicância e de emprego, tal com o entendimento de sua possível condição temporária na cidade (alguns deles tiveram experiência de mendicância em Vitória da Conquista). De modo que a imagem de mendicância passada pelo periódico local pode ser apenas discurso contra estas pessoas pobres, pois alguns deles poderiam ser apenas migrantes ou mesmo trabalhadores em busca de empregos temporários na lavoura cacaueteira (situação comum).

Um outro tipo de trabalhador desempregado podia ser encontrado na Praça da Estação de Trem exibindo suas habilidades e sua força de trabalho: os “valientes” (ou vadios). Seguramente entre os “biocos” que estes podiam fazer, estava o trabalho como jagunços ou quaisquer tipos que usam a violência física para sobreviver, onde a violência, a habilidade em briga e com armas, eram suas principais características. Através da documentação remanescente não consegui distinguir o sentido específico de vadios – se tinham haver com capoeiras ou não –, mas já está claro que se tratavam de valentões, brigadores de rua. Nas imediações da estação

se formaram *ordinariamente* grupos de elementos irresponsáveis, que, além de beberem a mangas largas, *armam brigas e pronunciam imoralidades da pior espécie*. (...) De *ordinário* após *armarem barulho* e sobressaltarem as famílias, os “valientes” deixam o local sem maiores preocupações, pois as contendas que travam se realizam sem precalços, uma vez que *raramente aparecem policiais para repararem os acontecimentos* (grifos meus) (Jornal Voz de Itabuna, 27/04/1954, p. 01).

Este ambiente descrito tem grande ligação com as denúncias de uso de jagunços nos períodos eleitorais. Os casos de “valientes” que desafiam a ordem pública são destacados com muita recorrência na imprensa local. Mas o que me chama atenção nesta situação na Estação de Trem é o sentido ordinário dos acontecimentos, como se cotidianamente pessoas se reunissem para “brigar”, “pronunciar imoralidades” e “armarem barulho”. Quem são as pessoas que se reúnem ordinariamente para travar confrontos corporais, falar (ou cantar) expressões distantes da cultura das elites locais, e fazerem barulho? Os capoeiras são os primeiros que passam pela minha cabeça. A capoeira é isto mesmo, luta corporal, cantos populares (que a depender de quem interpreta pode ser imoral) e barulho. Uma outra questão me remete ao fato dos “valientes” serem capoeira, o fato destes indivíduos terem também ligação com o trabalho de jagunço, e o fato que a matéria destaca de não haver interferência da polícia. Um inspetor de polícia conhecido como Sururu era também capoeira experiente do Bairro Conceição, acusado inclusive de não agir, e até encobrir crimes – em 06 de julho de 1954 o *Voz de Itabuna* publica uma matéria sobre um crime de homicídio no Cabaré Confeti, que no momento do ocorrido estavam Sururu e mais 03 policiais, que não tomaram providência alguma. Sururu, além de ser conhecido

do círculo de capoeiras da cidade, já esteve trabalhando como jagunço de coronéis. Acredito ser este o preço a pagar quando o Estado confia “o cuidado de fazer o policiamento a pessoas em certa medida menosprezadas” (LE GOFF, 1998, p. 124).

Mais do que usar a Praça da Estação de Trem como possível mercado da força de trabalho do brigador, estes “valientes” se apropriavam de um lugar de circulação de mercadorias, transformando-o em lugar de liberação. De resto, o bando de “valientes”, e os possíveis conflitos travados entre grupos ou bairros, devem ser entendidos como liberação e não como expressão de violência (Ibidem, p. 79).

Mas o que é violência? Numa cidade que tenta ser escrita pelo capital, os hábitos, gestos, e as estratégias de sobrevivência dos subalternos são violências contra o capital. É o caso do meretrício em Itabuna. Devo antes de qualquer coisa admitir que existe certa confusão – que acredito ser elaborada discursivamente pelo editor – por parte dos jornais confundindo prostitutas (aquelas que fazem sexo em troca de dinheiro) com outras mulheres da rua (barraqueiras, vadias, brigonas e etc). Por existir esta confusão, e por muitas vezes os limites entre um grupo e outro ser muito tênue, vou falar dos territórios das duas no centro. As “mundanas” cercam praticamente todo centro, estavam principalmente nos limites: na ponte Góes Calmon, na feira, e no fim da J.J. Seabra. Na ponte Góes Calmon as “mundanas” chegavam a partir das 17h00min e passavam parte da noite atormentando junto com os moleques, as famílias que por ali passavam (Jornal Voz de Itabuna 25/03/1950, p. 04). A rua 7 de Setembro foi famosa nos primeiros anos da década de 1950 por ser território de prostitutas, e os outros usuários desta rua vão movimentar as *queixas & reclamações* dos periódicos itabunenses desse período.

No ano de 1952, um acadêmico da Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana do Brasil, em Capinas-SP, Manoel B. Souza, irá passar algum tempo em Itabuna e escrever mais de três artigos sobre o problema da prostituição. Fica evidente que o autor super-explora algumas partes do tema, mas no geral o quadro que ele descreve da prostituição na cidade, é de grande movimento. O autor coloca antes de tudo a culpa na falta de educação existente e diz: “confesso, e muito escandalizado, ao meu leitor itabunense, que em nenhuma das cidades de seis estados que conheço, vi uma prostituição tão desbragada, indecente e *ameaçadora* como a de Itabuna” (grifo meu) (Jornal O Intransigente, 23/01/1952, p. 02). A ameaça deve estar na condição da prostituição ser pública, visível a todos, e não limitada ao seu canto. Praticamente, a prostituição é tomada pelo autor como doença viciosa que se alastra pela cidade, sendo tão perigosa que um dia as famílias de bem podem deixar a cidade, que persistirá apenas com a prostituição. Malgradas previsões, já que Itabuna desenvolveu economicamente muito e com muita prostituição, há ainda a sugestão que as práticas das mulheres de rua e prostitutas podem influenciar o psicológico das “garotas de bem”:

pois o exemplo que o meretrício de Itabuna dá, é um grave perigo para essas mocinhas que vão pondo esses pensamentos livres na cabeça e mais tarde, as vezes, uma boa moça poderá descambar para o mal (Ibidem, 02/02/1952, p. 02).

Nesse sentido, entendo que o autor foi mais feliz, pois as práticas subalternas de mulheres bem menos presas a conduta moral regulada pelas estruturas estatais e eclesiásticas de poder, puderam desorganizar os territórios das “famílias de bem”. E neste caso a documentação remanescente aponta para isso, já que as prostitutas a partir das 17h00min “saem de seus limites, invadem o território das famílias” (Jornal Voz de Itabuna, 21/12/1951, p. 08). Essa invasão é justamente o conflito que fazem estas “famílias” mudarem-se, como foi o caso de famílias da rua 7 de Setembro, ou mesmo moradores brigarem pela não abertura de cabarés – nos dois casos a

materialidade da cidade é alterada. A prostituição era elemento comum do centro da cidade, estava nas imediações do centro e vencia as “repressões policiais” porque era defendida por sua clientela composta por homens (vadios, policiais, comerciantes e etc).

Todas estas formas de uso do centro misturavam-se com muitas outras, recortando o centro em uma miscelânea de territórios simbólicos, cujas fronteiras delineavam os lugares de pertencimento e as formas de fazer a cidade que cada grupo possuía. Em outras palavras, “a cidade (...) nunca é absolutamente sincrônica: o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes” (LEPETIT, 2001, p. 145). Dentro do centro de Itabuna os usuários do Bairro da Conceição viviam tempos diferentes, de acordo com seu objetivo, sua vivência e ação nos territórios. Se fosse um capoeira como Sururu, estaria em uma cidade de liberação, cujo tempo poderia correr não segundo os toques de um relógio, mas segundo as marcações de uma roda (berimbau e pandeiro). Se freqüentasse o meretrício, vivenciaria um tempo que passa diante da agitação ou não da vida noturna, onde o vórtice ou o marasmo podem aparecer, e isto depende da ação ante o lugar (se vai para reprimir ou para se deleitar). Se o usuário é um trabalhador desempregado o dia pode passar lento como as esmolas que caem na cuia. Os movimentos em meio a esta espacialidade são tão difusos quanto os tempos.

Os usos que moradores do Bairro Conceição e outros subalternos faziam do centro deve servir como problematizador das ideologias urbanísticas que concorrem à construção de cidades planejadas, e as idéias que têm as administrações municipais como principal variável explicativa para a evolução dos quadros de uma cidade. Pois “os critérios do urbano dependem não só da política administrativa ou da prosperidade econômica, mas dos conceitos de apreensão do lugar por parte de seus habitantes” (LEPETIT, 2001, p. 25). Ainda é preciso ter estas experiências como relevantes observatórios da construção da cidade. Percebendo que a materialidade da cidade é constantemente modificada a partir dos usos que os cidadãos fazem dela.

O que quero explicitar é que quando o Bairro Conceição atravessa qualquer das pontes e chega ao centro, ele também desorganiza os territórios organizados pelo capital naquele lugar. O centro é modificado em suas disposições, em suas fronteiras simbólicas através das práticas de sujeitos que vivem de fazer seu bairro, mesmo quando fazem o centro. Aqui também temos uma “retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado” (THOMPSON, 1998, p. 16). O uso dos lugares da cidade, a prática da cidade, e o direito à cidade. Em outros termos, fazer a cidade constituiu um campo de ação na cidadania, conquistando-a como a cada palmo de paralelepípedo ocupado e tomado pelo pertencimento. A cidade é, portanto, um lugar de conflito de grupos sociais, de classes, de atores sociais, que buscam nesta prática (cidade enquanto prática social) caminhos para suas vivências e liberdades.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Vol 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial** / Sidney Chalhoub. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DA RIN, M, e GONSALVES, A. **Remodelação e saneamento da cidade de Itabuna – Relatório**. Projeto apresentado à Henrique Alves, Intendente Municipal de Itabuna. Itabuna: 1927. Arquivo Público Municipal de Itabuna.

Depoimento oral de Vicente Rodrigues Conceição, realizado em 1997, por André Luiz Ribeiro e

Luzia Melo, localizado no Centro de Documentação e Memória Regional da UESC (CEDOC/UESC).

Depoimento oral de Edith Oliveira Santana, realizado em 1997, por Graziela Nick Dias e Harlem Barreto, localizado no Centro de Documentação e Memória Regional da UESC (CEDOC/UESC).

Depoimento oral de Paulo Alves de Almeida, realizado em 1995, localizado no Centro de Documentação e Memória Regional da UESC (CEDOC/UESC).

ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA F. SATURNINO RODRIGUES DE BRITO. **Saneamento de Itabuna – Relatório.** Relatórios dos projetos elaborados no Escritório Saturnino de Brito, assinado por F. Saturnino R. de Brito Filho e apresentado à Claudionor Alpoim, Prefeito do Município de Itabuna. Rio de Janeiro: 1935. Arquivo Público Municipal de Itabuna.

ESTADO DA BAHIA. *Código de Posturas Municipais de Itabuna.* Ato n. 184 de 9 de junho de 1933.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, 16ª Edição.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário.** Erahsto Felício, organização. Porto Alegre: Deriva, 2007.

JACQUES, Paola (org). **Apologia da deriva:** escritos situacionista sobre a cidade. Internacional Situacionista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 153.

**Jornal Voz de Itabuna** (periódico). Tombos de 1950-1954. Arquivo Público Municipal de Itabuna.

**Jornal O Intransigente** (periódico). Tombo 1952-1953. Centro de Documentação e Memória Regional da UESC (CEDOC/UESC).

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrum. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História Urbana.** Heliana Angotti Salgueiro, organização. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ROCHA, Lurdes Bertol. **O centro da cidade de Itabuna:** trajetórias, signos e significados. Ilhéus: Editus, 2003

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.